

**A FIGURA DO ÁRBITRO NA INICIAÇÃO ESPORTIVA DE FUTSAL:
UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO**

Luciana Toaldo Gentilini Avila¹, Marcelo Dias Lemos¹, Maurício Cravo dos Reis¹

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender como ocorre a atuação pedagógica da arbitragem rio-grandina no processo de iniciação esportiva do futsal. O caminho metodológico utilizado foi um questionário semiestruturado de cunho qualitativo com árbitros de futsal atuantes em jogos de categorias de base em Rio Grande-RS. Analisando a percepção de como deve ser a atuação do árbitro, nota-se que em muitos momentos a autoimagem pende para um mediador das regras que deve prezar pela beleza do jogo. Ao conduzir o mesmo questionamento para o espaço da categoria de base, observa-se uma percepção quanto a necessidade de se somar a um direcionamento pedagógico. Por fim, foi possível mapear possibilidades de desenvolvimento pedagógico por meio de formações, por parte do árbitro e de outros atores educacionais, visando um espaço positivo na iniciação esportiva de futsal. Sendo assim, a pesquisa procura proporcionar novos debates em torno da iniciação esportiva e da arbitragem.

Palavras-chave: Arbitragem. Iniciação Esportiva. Futsal. Atuação pedagógica.

ABSTRACT

The figure of the referee in futsal sports initiation: a path under construction

The present research sought to understand how the pedagogical performance of the rio-grandina refereeing occurs in the process of sports initiation of futsal. The methodological path used was a semi-structured questionnaire of a qualitative nature with futsal referees who play youth games in Rio Grande-RS. Analyzing the perception of how the referee's performance should be, it is noted that in many moments the self-image leans towards a mediator of the rules who must value the beauty of the game. When conducting the same questioning for the base category space, there is a perception of the need to add to a pedagogical direction. Finally, it was possible to map possibilities of pedagogical development through training, on the part of the referee and other educational actors, aiming at a positive space in the sportive initiation of futsal. Therefore, the research seeks to provide new debates around sports initiation and refereeing.

Key words: Refereeing. Sports initiation. Futsal. Pedagogical activity.

1 - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail dos autores:
lutoaldo@msn.com
marcelodlemos42@gmail.com
mauriciocdosreis@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Soa o apito: primeiros pontos em torno da arbitragem na iniciação esportiva de futsal

O esporte moderno, em qualquer que seja a modalidade, tem como um dos maiores pilares a arbitragem, em vista do proposto por Lima e Silva (2021) quanto a impossibilidade de vislumbrar a existência de qualquer competição esportiva sem a referida figura.

Dessa maneira, ainda de acordo com Lima e Silva (2021), nos tempos mais recentes há um maior interesse da ciência por diversos circundantes ao esporte de alto nível e isso inclui a arbitragem com seus obstáculos, contextos e objetivos complexos.

Sendo assim, este estudo debruça-se em uma combinação de uma área de exploração ascendente, arbitragem, com o segmento do futsal, o qual, como aponta Voser (2003), é o esporte mais praticado no Brasil e com crescimento constante nos quatro cantos do mundo.

Os diálogos acadêmicos propostos consideram que a arbitragem possui um dos papéis de maior centralidade dentro das disputas esportivas, entretanto, as investigações acadêmicas recentes pouco falam sobre a individualidade e percepção deste ator esportivo.

Em uma outra vertente, dentro do esporte, a iniciação esportiva se mostra, como apontam Ramos e Neves (2008), o momento da vida no qual as crianças começam suas experiências com esportes regrados. Sendo assim, um espaço de diversas relações interpessoais existindo em cada uma delas uma possibilidade de construção. Dessa maneira, estudar a intersecção da figura da arbitragem de futsal com a iniciação esportiva pode trazer à tona diversos debates importantes.

Com isso posto, a presente pesquisa buscou compreender como ocorre a atuação pedagógica da arbitragem rio-grandina no processo de iniciação esportiva do futsal.

Além disso, a pesquisa se propôs a identificar como o árbitro percebe sua função na iniciação esportiva, o papel que deve ser praticado pelo árbitro no futsal e mapear os possíveis caminhos para o desenvolvimento da atuação pedagógica do árbitro com os/as atletas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia escolhida para a presente pesquisa em torno da arbitragem e seus caminhos pedagógicos foi a do estudo de caso.

O estudo de caso, definido por Gall, Gall e Borg (2007) como um estudo que permeia o evento investigado, abordando as perspectivas dos participantes, encaixa-se com a proposta de examinar a visão dos árbitros sobre sua atuação no campo pedagógico.

Método de desenvolvimento da pesquisa

Os dados da presente pesquisa foram produzidos através de um questionário, organizado a partir de um roteiro de perguntas divididas em blocos. Os blocos de perguntas do questionário se ordenaram progressivamente da seguinte forma: caracterização do árbitro, autoavaliação de seu papel no jogo, percepção de seu trabalho em categorias de iniciação esportiva e ideias para formação continuada do árbitro atuante com crianças. A ordenação linear dos blocos vem a fim de permitir que a análise posterior das respostas obtidas ocorresse tanto dentro de cada um dos objetivos da pesquisa, quanto com elas relacionadas.

Além disso, o formato buscou proporcionar ao respondente uma imersão progressiva direcionada ao tema central da pesquisa.

De forma a respeitar os procedimentos necessários à realização de pesquisas com seres humanos, conforme previsto na resolução nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Furg, por meio da Plataforma Brasil e aprovada a partir do parecer nº 5.501.074.

Apenas após a aprovação da pesquisa pelo CEP-Furg, os árbitros foram contatados, individualmente, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, convidando-os para participarem da pesquisa que foi feita de forma individual e on-line, através da plataforma Google Forms, permitindo que os árbitros respondessem às questões propostas em um horário que lhes fosse possível, sem a necessidade de um encontro síncrono. Além disso, a plataforma escolhida registrou em formato de texto as respostas enviadas pelos

participantes, facilitando a análise posterior delas.

Contexto e participantes da pesquisa

A pesquisa se desenrolou com um grupo de sete árbitros de quadra de futsal, todos do gênero masculino, que atuaram na cidade do Rio Grande-RS. Os árbitros foram selecionados por conveniência, pertencendo ao círculo profissional do primeiro autor deste estudo. Cabe destacar que a ausência de árbitros na amostra se deu em razão da ausência delas na função de árbitros de quadra de futsal, atuando com as categorias de base.

Dentro deste contexto, os sete árbitros, que foram nomeados com A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7 por ordem cronológica de resposta, têm características bastante diversas em relação a idade e tempo de formação, como demonstra o Quadro 1.

Em média, os árbitros possuíam aproximadamente 38 anos de idade, sendo o mais velho de 56 anos (A1) e o mais jovem de 25 (A3). Ao observar o tempo de atuação na arbitragem, encontrou-se uma média de 12 anos de atuação. Sendo que 25 anos o tempo de atuação do árbitro mais longevo (A1) e três anos o período mais curto desde o início da carreira (A3).

Quadro 1 - Caracterização individual dos árbitros.

Árbitro	Idade (anos)	Tempo de exercício como Árbitro (anos)
A1	56	25
A2	50	23
A3	25	3
A4	27	8
A5	28	5
A6	41	6
A7	37	13

Fonte: Acervo pessoal dos autores

Para além dessa caracterização, é possível demarcar as influências que os árbitros tiveram para realizar o curso de árbitros. Influências essas que flutuam entre o círculo social (A3, A4 e A6) e o laço afetivo com o esporte (A1, A2 e A7). Outro ponto de destaque quanto a caracterização dos árbitros é a formação paralela, completa ou em curso, que possuem. Dentre os árbitros, seis possuem ligação com o curso de Educação Física (A2, A3, A4, A5, A6 e A7). Ao observar a partir da perspectiva pedagógica, característica marcante das Licenciaturas, pelo menos três dos sete estão em graduações que possuem este teor (A3, A4 e A7).

Método de análise da pesquisa

Os dados produzidos na presente pesquisa foram analisados a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2011), elaborando, por meio da categorização dos resultados, um caminho que possibilita um melhor entendimento e exploração do conteúdo das entrevistas. Nesse sentido, Amado (2014) afirma que a análise de conteúdo possui caráter predominantemente descritivo e quantitativo à primeira vista e interpretativo e inferencial em momentos subsequentes.

BOLA EM JOGO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

O papel do árbitro na partida de futsal

Os entendimentos dos participantes da pesquisa quanto ao papel do árbitro em uma partida de futsal se desenrolaram em duas perspectivas. A predominância, estando presente em seis das sete respostas, foi a de um árbitro como aplicador das regras do jogo, conforme afirmam A6 e A1:

“A principal função do árbitro é conduzir a partida de forma segura, consciente e aplicando as regras, e o principal mediar de forma serena o conflito entre os atletas” (A6 — Setembro/2022)

“Responsável pela disciplina e para que seja obedecida as regras de jogo” (A1 — Setembro/2022)

Tais afirmativas vão ao encontro do disposto no Livro de Regras da Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS, 2020), o qual indica como função dos árbitros de quadra atuar controlando e gerindo a partida dentro das diretrizes das regras do jogo. Ademais, uma perspectiva que surgiu a partir do apontamento de A6, no que diz respeito à mediação de conflitos, foi encontrada nas respostas de mais três dos outros seis participantes:

“Entendo que a função do árbitro de futsal seja a de mediar a partida, contribuindo para o bom andamento do jogo através do cumprimento das regras e da imparcialidade.” (A4 — Setembro/2022)

A colocação de A4 entra em consonância com os apontamentos de Silva, Rodriguez-Añez e Frométa (2002) e Nunes e Shigunov (2002), que ponderam sobre a necessidade de o árbitro ter consciência da importância que tem para o espetáculo, visto que ele surgiu para ajudar o desenvolvimento do jogo, mais do que simplesmente aplicar as regras.

Quando se analisa a visão dos árbitros sobre si mesmos como profissionais, surgem diversos panoramas de potencial relevância. O que mais se repete é a busca pela minimização

de erros e manutenção da imparcialidade. Esse ponto foi citado por quase todos os árbitros questionados, sendo ilustrado pela frase de A7:

“Tento focar ao máximo na partida para cometer o mínimo de “erros” possível.” (A7 — Setembro/2022)

A ânsia pelo acerto é reflexo de preceitos que rodeiam a figura do árbitro, colocando-o como um personagem polêmico e invariavelmente alvo de críticas de fontes diversas, conforme apontamentos de Righeto e Reis (2017).

Dessa forma, é importante que o árbitro consiga sempre ter uma percepção generalizada sobre sua atuação. É nesse ponto que se colocou A3, ponderando:

“Acredito que estou em uma crescente boa, procuro sempre ouvir os mais experientes e absorver dicas positivas de cada um, observo pontos que posso melhorar e procuro corrigi-los ao longo das atuações, com o tempo e a experiência adquirida em cada jogo a evolução acaba sendo natural pela ‘rodagem’ adquirida, mas tenho consciência que nunca chegarei a uma perfeição e isso é o melhor que pode acontecer, sempre estar aprendendo e evoluindo.” (A3 — Setembro/2022)

Assim sendo, como indicam Nunes e Shigunov (2002), o árbitro tem de ter domínio sob sua autoestima em razão de estar sempre em situações de opressão e risco. Além disso, é importante manter uma autoimagem realista, mas positiva de suas atuações e desenvolvimento, para que assim mantenha-se motivado a evoluir.

CATEGORIAS DE BASE DO FUTSAL, UM CAMPO DE CONSTRUÇÕES

O campo das categorias de base do futsal é de constantes construções acadêmicas direcionadas à evolução, que em muito diferem do adulto pois se encontra para além de uma fase competitiva, uma vez que é uma fase formativa dos atletas.

Neste sentido, aqui estão propostos alguns caminhos iniciais da perspectiva de árbitros quanto a seu papel, interesse e contribuições para com o espaço de iniciação

esportiva de futsal. E para além disso, promover a observação de aproximações e distanciamentos com o espaço do futsal adulto.

Percepções da função do árbitro no ambiente de iniciação esportiva

Quando se dialoga na tangente das categorias de base do futsal, especificadas por Costenaro e Mendes (2009), como um ambiente que carece de ajustes por meio de ações pedagógicas para que o objetivo final seja o desenvolvimento dos jovens. O intuito é

transformar o esporte e suas regras dinâmicas em função das situações que se apresentam, oportunizando aos alunos/atletas o desenvolvimento nos aspectos cognitivo, psicológico e motor.

Num dos questionamentos aos árbitros, foi feita a pergunta sobre sua atuação nas categorias de base de futsal, com opções semifechadas, permitindo que eles optassem por uma ou mais alternativas, inclusive uma aberta para descrição. Houve um alto índice de citação do árbitro como um elemento pedagógico (Figura 1).

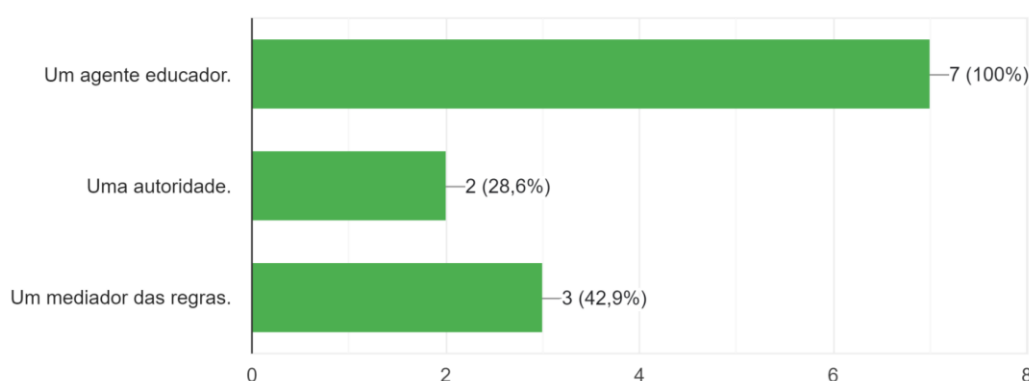


Figura 1 - Gráfico de respostas de “Em jogos de categorias de base, como você percebe o(a) árbitro(a) para as crianças/jovens integrantes dos times de Futsal?” Fonte: Google Formulários referente a pesquisa

Tal indicação corrobora com o disposto por Fin (2016), quanto ao papel do árbitro não ficar restrito a ser um simples aplicador do livro de regras. Seu papel se estende a contextualizar e discernir a hora de ensinar ou de solicitar a um treinador para que oriente uma criança. Também, fazendo parte de suas funções dar um tratamento coerente para as crianças que estão em uma faixa etária mais baixa, ainda dando os seus primeiros passos na vida e no esporte.

No intuito de detalhar os papéis exercidos pelo árbitro, os árbitros participantes foram convidados a ilustrar suas opções quanto ao papel em relação aos jovens/atletas no contexto da iniciação. Neste sentido A1 e A6 pontuaram a importância do árbitro ser um agente educador:

“O árbitro em categorias de base ele deve ser um árbitro educador pois uma atitude impensável pode vir a prejudicar o crescimento do atleta e do cidadão, pois nas iniciações devemos adentrar que lidamos com a formação da personalidade do adulto do futuro.” (A1 — Setembro/2022)

“Um educador, pois temos crianças em formação que absorvem toda informação transmitida, e para muitas somos espelho, então o principal papel é educar aplicando boas maneiras, as regras e o companheirismo.” (A6 — Setembro/2022)

Neste sentido, cabe ressaltar os apontamentos propostos por Jesus e colaboradores (2017) quanto a necessidade do árbitro que desempenha em competições

infantis estar adaptado ao nível das crianças as quais irá se relacionar em vista de observar se as habilidades, perfis e conhecimentos estão em acordo com o processo educacional no ambiente esportivo.

Para além da atuação como educador, por meio de instruções pedagógicas durante cobranças assim como explicações acerca de infrações durante a partida, há a necessidade de uma leitura de jogo específica direcionada a perceber as características emocionais dos jogadores. Isso implica ao árbitro atuar, nas categorias de base, com uma paciência maior devido ao contexto corriqueiramente instável, do ponto de vista emocional, do esporte. Sendo assim, cabe destacar que a arbitragem não é um fator que influencia somente as crianças em relação aos acontecimentos de dentro de quadra, a situação dos pais também prepondera de certa forma, e é nesse sentido que argumentou A4:

“Entendo que o árbitro seja um agente educador em todos os níveis. Nas categorias de base isso se torna ainda mais forte, tendo em vista o processo de formação de jovens atletas e a importância das vivências de quadra. No entanto, isso nem sempre acontece na prática. Entendo que a falta de capacitação específica para a arbitragem de base e as situações de estresse geradas por familiares e treinadores possam estar contribuindo para uma arbitragem cada vez menos pedagógica e mais autoritária nas categorias de base. No ano de 2017 durante o campeonato citadino de futsal, os árbitros chegaram a se negar a arbitrar jogos de categorias de base, devido às situações rotineiras de desrespeito por parte de familiares e comissões técnicas. No mesmo ano, duas mães de escolas de formação diferentes se agrediram na arquibancada durante uma discussão gerada por uma partida e banners de conscientização foram colocados no ginásio.” (A4 — Setembro/2022)

Em concomitância, a literatura revela que há uma grande influência dos pais e dos professores/técnicos no desenvolvimento da criança. Dessa forma, é interessante salientar as conjecturas de Moraes e colaboradores (2019), sobre a influência que a postura dos

técnicos e professores têm sobre a atitude das crianças. O modo como o comportamento moral varia conforme a cultura na qual os jovens estão inseridos, moldam seus valores de acordo com o projeto de iniciação esportiva do qual fazem parte. A partir deste contexto, A2 pontuou quanto a dificuldade de atuar no ambiente de iniciação esportiva:

“Estou em final de carreira, e sempre que posso, evito apitar categorias de base em virtude do comportamento dos pais. Sempre tive dificuldades em ser paciente com o exagero de atitudes de pais e torcedores.” (A2 — setembro/2022)

A partir disso, é possível conectar ao construído por Ribeiro e colaboradores (2012) quanto ao arbitrar ser uma função que demanda de uma preparação bastante ampla, abarcando aspectos disciplinares, físicos, técnicos, teóricos e educativos. O árbitro em posse do apito tem de estar preparado mentalmente para um ambiente hostil e ao mesmo tempo se encontrar capacitado para agir de forma a fazer do ambiente um lugar positivo e tranquilo para o desenrolar do jogo. Sendo assim, é postulado ao árbitro que este esteja preparado para ser atuante em todos os níveis, conforme demarcou A5:

“O árbitro atua em todos os sentidos nos jogos da categoria de base” (A5 — Setembro/2022)

Emergiram também outras percepções no meio dos árbitros, como por exemplo os que colocam o árbitro em uma ótica de mediador e agente educacional. Como o explicitado por A7 ao ponderar como lida com as crianças:

“Nas categorias de base atuo com a intenção de mostrar as regras para as mesmas e educando elas a se portarem em uma partida [...]” (A7 — Setembro/2022)

Tal visão vai ao encontro da perspectiva de arbitragem de Reverdito e colaboradores (2008) que indicam a ação do árbitro comprometida com a educabilidade do sujeito, sendo necessário estar consciente das

particularidades que essa função contém. Em suma, a ideia proposta por Reverdito e colaboradores (2008) corroboram ainda com as percepções de um árbitro agente educacional e autoridade trazidas por A3:

“Marquei as duas opções por entender que o árbitro pode exercer ambos os papéis na maioria das vezes e considero isso muito importante, pois ao mesmo tempo que podemos conversar, ensinar, buscar “educar” esse atleta de base, devemos demonstrar autoridade para que o mesmo venha a entender a necessidade de respeito as regras do jogo e ser educado nas relações interpessoais independente do momento.” (A3 — Setembro/2022)

Com isto posto, ficam demarcadas algumas pluralidades nos significados e percepções do arbitrar na iniciação esportiva.

Motivações para atuar no ambiente da iniciação esportiva de futsal

No que tange às motivações para os árbitros estarem inserido no ambiente supracitado, podem ser observadas dois motivos principais, um atrelado a obrigação e outro a afeição com a iniciação esportiva. É cabível destacar que todos os árbitros que demonstram que sua presença no espaço se dá por obrigação (caso de A2, A3 e A5) anteriormente havia, de forma predominante, ligado o papel do árbitro na iniciação esportiva ao de autoridade (caso de A3 e A5) e/ou de mediador de regras (caso de A2 e A5), para além do agente educacional. Os motivos para o sentimento de obrigação em participar de jogos de categorias de base se dão por diferentes motivos, como a falta de árbitros para cobrir as escalas ou o ganho de experiência com o apito, conforme expôs A2 e A3:

“O início na arbitragem exige essa rodagem. Hoje atuo nas bases em virtude da falta de árbitros, o que dificulta na escala.” (A2 — setembro/2022)

“Acredito que seja a melhor forma de adquirir experiência, não há neste caso uma

definição de preferência da minha parte.” (A3 — setembro/2022)

A percepção da atuação na iniciação esportiva como rito de passagem para categorias maiores dialoga com o proposto por Monteiro e colaboradores (2020) e Pereira, Aladashvile e Silva (2006) que postulam sobre o tempo requerido para a evolução na carreira. Isto é, a atuação na categoria de base, assim como no amador, é um meio para o profissional. Sem ter um fim em si mesma, a arbitragem na categoria de base, em função disso, pode acabar denotando uma baixa relevância para os árbitros, pois a intenção é que essa seja apenas uma fase da carreira. Em contrapartida, existem perspectivas dos árbitros que conjecturam com certo carinho em relação a iniciação esportiva, conforme pontuaram A1 e A6 quanto ao motivo de atuarem com as categorias de base:

“O respeito é a esperança de formarmos um atleta e principalmente um adulto que saiba respeitar as regras e principalmente seus adversários, pois no futuro pode não ser um atleta mais será um ser humano que terá limites e regras.” (A1 — setembro/2022)

“A pureza das crianças.” (A6 — setembro/2022)

A atuação com a iniciação esportiva “esperançada”, como essa demonstrada pelos árbitros, culmina em um terreno fértil para a proliferação da ação pedagógica/processo social suscitado por Fin (2016). Sendo assim, uma postura muito ligada ao que deve ser o futuro do futsal, um espaço com atores predispostos a colaborar com o processo formativo e com um ambiente receptivo em termos gerais.

CATEGORIA DE BASE, O FIM OU O CAMINHO: POSSIBILIDADES PARA O FUTURO

Para além de discutir-se o presente da arbitragem, é importante analisar os caminhos para seu futuro. Nesse sentido, antes de pensar pontos a serem revistos quanto à formação de

novos árbitros e na atualização de antigos, é preciso verificar se os próprios árbitros creem em algum tipo de mudança nesse sentido. Quando em uma situação dicotômica entre crer ou não em formações adicionais para atuação

com categorias de base o mais referido — demarcado por A1, A3, A4, A6 e A7 — é de que estas formações podem contribuir com a qualidade do jogo e dos eventos de iniciação esportiva de futsal (Figura 2).

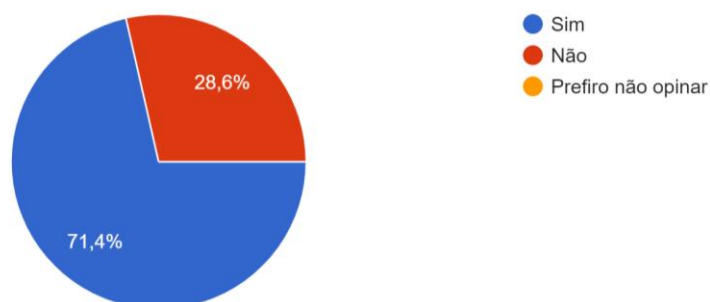


Figura 2 - Gráfico de respostas “Você acredita que a formação do(a) árbitro(a) poderia ser ampliada para que este(a) pudesse ter uma especialização para trabalhar com categorias de base?” Fonte: Google formulários referentes a pesquisa.

Dentre as justificativas e sugestões para o futuro dados pelos árbitros, surge em primeiro momento uma crítica por parte de A1, A7 e A5, mesmo este último tendo respondido que não acredita que formações complementares são solução, em relação à postura dos pais e/ou responsáveis pelas equipes quanto a falta de conhecimento deles quanto ao futsal, suas regras e diretrizes. Para além disso, os dois primeiros citados sugerem formações voltadas a esses atores:

“Após esses 25 anos prestando esse serviço ao esporte teríamos que ter profissionais em escolinha para ajudar tanto os atletas como os pais, pois muitos querem que seus filhos sejam o que eles gostaria de ser na juventude e para árbitros cursos de especializações em pedagogia esportiva.” (A1 — setembro/2022)

“Cursos complementares e workshops, assim teremos os atletas mais próximos das regras e da arbitragem.” (A7 — setembro/2022)

Partindo do ponto que o contexto influencia as crianças, tanto positiva quanto negativamente, cabe reforçar por meio de

apontamentos de Bosquetti e colaboradores (2015), em relação à reprodução de modelos profissionais no esporte infantil. Pois essa reprodução, faz com que professores/treinadores, responsáveis e torcedores imitem a cultura apresentada nos esportes de alto rendimento como, por exemplo, afrontas a equipe de arbitragem e a pressão pelo rendimento dos atletas. Nesse sentido, o indicado pelos árbitros A1 e A7, em relação à necessidade de direcionar uma formação a estes atores da iniciação esportiva de futsal. Ademais, as indicações dos árbitros para o futuro não brecam na sugestão de formações complementares para terceiros. Além das especializações em pedagogia esportiva citadas por A1, surgem ideias para cursos complementares ao de formação de árbitros e reflexões em relação às atualizações periódicas que os árbitros já formados realizam, indicadas por A3 e A4:

“Cursos complementares, se faz necessária essa formação principalmente para árbitros não professores/alunos de Educação Física, pois em sua maioria não conseguem ter uma visão ampliada da ação e necessidade pedagógica do árbitro na formação da criança/adolescente.” (A3 — Setembro/2022)

“Entendo que a própria instituição estadual organizadora dos cursos de formação de árbitros poderia, dentro das reciclagens, abordar a arbitragem nas categorias de base de uma maneira mais pontual.” (A4 — Setembro/2022)

A partir do disposto por A3 e A4, é possível associar apontamentos de Oliveira, Noé e Bortoleto (2019), Nunes e Shigunov (2002), Pereira, Aladashvile e Silva (2006) que denotam a necessidade de uma formação mais ampla para a técnica, a política/cidadania, a comunicação e para a humanidade/empatia que acaba por requerer anos de dedicação e experiência para o domínio pleno da função. Possuindo como plano de fundo a percepção de que a formação do árbitro possui caráter continuado, no qual o referido está sempre progredindo em conhecimentos acerca do arbitrar.

O APITO FINAL: AS AMARRAÇÕES DE UMA PESQUISA QUALITATIVA COM ÁRBITROS DE FUTSAL

Portanto, após a observação e sobreposição com a literatura, é possível caracterizar a figura do árbitro de futsal a partir da perspectiva daqueles que atuam na função na cidade do Rio Grande-RS. Conforme as respostas dos árbitros e o que consta na literatura, o árbitro de futsal é um personagem que deve se dedicar a controlar a animosidade do jogo, fazendo com que o espetáculo seja o mais belo possível.

Para isso, é importante que este esteja focado em minimizar seus próprios erros e aprender com aqueles que o cercam. Tal caracterização vai além do pontuado pelo livro de regras do esporte, adentrando na humanidade do árbitro e percebendo a pressão que ele se insere lidando com o erro, o acerto, o ego e com as emoções de todos aqueles que se envolvem no futsal.

Por outro foco, pensando na iniciação esportiva de futsal, o papel do árbitro acaba se integrando com uma perspectiva pedagógica na atuação. Dessa forma, os árbitros acabam explicitando o caráter ímpar que possui a categoria de base por meio de respostas que

atribuem características de educandos aos jovens atletas.

Concomitante ao papel educador, há a percepção de que, em certo modo, se faz necessária uma reprodução da arbitragem que existe para os adultos.

E é dessa forma, que os árbitros ao trabalharem nas categorias de base convivem com uma decisão quase que paradoxal de diariamente postar-se entre agir como aplicador ou educador com a regra.

Ainda sobre o papel do árbitro na iniciação esportiva de futsal, cabe o destaque quanto aos fatores que assustam e fazem com que os árbitros não percebam a categoria de base como um espaço que lhes desperte ávido desejo para atuar.

Afinal, na categoria de base o aspecto financeiro é inferior, a dificuldade média do arbitrar pode ser até maior que no adulto, mas não é esse o fator que mais afasta dos árbitros o desejo de atuar na iniciação.

O maior problema acaba sendo a falta de respeito proveniente, não das crianças, mas de treinadores, torcedores, dirigentes e pais. Tal situação complica em muito a própria atuação pedagógica para os personagens centrais da iniciação esportiva que são as crianças e jovens, pois acaba por ocorrer uma inversão de valores em que o vencer a qualquer custo é mais importante que o aprender e divertir-se.

Dessa forma, uma atuação que pode ser muito positiva e contribuir para a construção de laços importantes das crianças e jovens com o esporte fica distante.

Assim, pode-se perceber que os árbitros participantes da pesquisa demonstram que atuam nas categorias de base, predominantemente, por três fatores: necessidade de adquirir experiência na função no caso dos novos árbitros, pelo senso de coleguismo de colaborar com a classe, compartilhando o espaço e a experiência com os mais jovens (seja árbitro ou atleta), ou, então, pelo baixo número de árbitros disponíveis para ajudar os encarregados de montar escalas.

Como seres críticos e interpretativos, características requeridas aos árbitros, esses profissionais possuem diversas visões para serem implantadas e melhorar o futuro do futsal.

Dentre as diversas perspectivas, algumas demonstram possibilidades e oportunidades importantes, como por exemplo cursos ligados a pedagogia esportiva para árbitros ou formações que aproximem da arbitragem os atletas, torcedores, dirigentes e treinadores.

No primeiro caso, o curso complementar a formação obtida pela entidade de arbitragem que forma e recicla os árbitros tornando mais fácil a inclusão deles no cenário da iniciação esportiva. Além de que, tais formações promoveriam para os árbitros uma identificação e maior confiança para postar-se no ambiente complexo que é a categoria de base. Quanto ao segundo caso, as formações para as equipes e seus circundantes estaria direcionada a desmistificar a arbitragem e demonstrar a importância que o caráter formativo dos jovens frente ao vencer ou perder, afinal apenas uma equipe se sagra campeã no final do campeonato, mas muitas mais podem formar vencedores.

REFERÊNCIAS

- 1-Amado, J. Manual de investigação qualitativa em educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013.
- 2-Bardin, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.
- 3-Bosquetti, M. A.; Morais, A. O.; Altimari, L.; Souza, S. R. Comportamentos de fair play e antiesportivos: avaliação dos árbitros. Perspectivas em análise do comportamento. Vol. 6. Num. 1. 2015. p. 60-73.
- 4-Brasil. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília-DF. 1988.
- 5-Brasil. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução 1. nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília-DF. 2016.
- 6-CBFS. Confederação Brasileira de Futebol de Salão. Livro Nacional de Regras de Futsal 2022. Fortaleza. 2022.
- 7-Costenaro, L. A.; Mendes, J. C. Futsal: Reflexão da prática escolar. Medianeira - PR. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2522-8.pdf>. Acesso em: 13/03/2023.
- 8-Fin, V. Arbitragem no Voleibol: Função pedagógica do árbitro em categorias de iniciação. TCC de Graduação em Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Porto Alegre. 2016.
- 9-Gall, M.D.; Gall, J.P.; Borg, W.R. Educational research: An introduction. Boston: Allyn e Bacon. 2007.
- 10-Jesus, R.J.; Miranda, B.L.G.; Silva, D.M.B.; Caldas, E.S.; Pestana, E.R.; Araújo, M.L. Estudos sobre a visão dos árbitros em relação as suas atuações na categoria infantil, da modalidade Futsal nos jogos escolares Maranhenses 2014. Revista Brasileira de Futsal e Futebol. São Paulo. Vol. 9. Num. 35. 2017. p. 422-428.
- 11-Lima e Silva, L. (org.). A carreira do árbitro de Futebol: pilares e inovações. São Paulo: Pimenta Cultural. 2021.
- 12-Monteiro, I.C.; Novais, M.C.B.; Soares, J.P.F.; Mourão, L. Mulheres de preto: Trajetórias na arbitragem do futebol profissional. Motrivivência. Vol. 32. Num. 63. 2020. p. 01-15.
- 13-Morais, A.O.; Souza, S.R.; Bosquetti, M.A.; Santos, G.G. Comportamentos antiesportivos e de fair play em categorias de base do futsal. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Vol. 21. Num. 2. 2019. p. 171-185.
- 14-Nunes, R.; Shigunov, V. Auto-estima do árbitro de futebol profissional do estado de Santa Catarina. Revista da Educação Física/UEM. Vol. 13. Num. 2. 2002. p. 71-79.
- 15-Oliveira, M.S.; Noé, F.A.; Bortoleto, M.A.C. Reflexões sobre a arbitragem na ginástica

artística masculina do Brasil segundo a perspectiva de seus protagonistas. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. 2019. p. 73-84.

16-Pereira, A.J.; Aladashville, G.A.; Silva, A.I. Causas que levam alguns árbitros a desistirem da carreira de árbitro profissional. Revista da Educação Física/UEM. Vol. 17. Num. 2. 2006. p. 185-192.

17-Ramos, A.M.; Neves, R.L.R. A iniciação esportiva e a especialização precoce à luz da teoria da complexidade - notas introdutórias. Pensar a Prática. Vol. 11. Num. 1. 2008. p. 1-8.

18-Reverdito, R. S.; Scaglia, A. J.; Silva, S. A. D.; Gomes, T. M. R.; De Lima Pesuto, C.; Baccarellil, W. Competições Escolares: Reflexão E Ação Em Pedagogia Do Esporte Para Fazer A Diferença Na Escola. Pensar a prática. Vol. 11. Num. 1. 2008. p. 37-45.

19-Ribeiro, H.N.; Fernandes, A.R.R.; Viana, M.S.; Brandt, R.; Andrade, A. Estados de humor de árbitros de futebol não-profissional. Revista da Educação Física/UEM. Vol. 23. 2012. p. 575-583.

20-Righeto, C.; Reis, H. H. B. Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros paulistas sobre os comentários da mídia acerca do trabalho da equipe de arbitragem. Movimento. Vol. 23. Num. 1. 2017. p. 281-294.

21-Silva, A. I.; Rodrigues-Añez, C. R.; Frómeta, E. R. O árbitro de futebol-uma abordagem histórico-crítica. Revista da Educação Física/UEM. Vol. 13. Num. 1. 2002. p. 39-45.

22-Voser, R. C. Futsal: princípios técnicos e táticos. Canoas: Editora Ulbra. 2003. 172p.

Recebido para publicação em 26/02/2024
Aceito em 01/06/2024